



**CLIPPING INTERNET**  
**26/11/2021 ATÉ 26/11/2021**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG FALANDO SÉRIO BACABAL.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	3.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	4
	3.2 BLOG DO NETO FERREIRA.....	5
	3.3 SITE MA MAIS.....	6
	3.4 SITE MARANHÃO HOJE.....	7
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	8
	4.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	9
	4.3 BLOG NETO WEBER.....	10
	4.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	11
	4.5 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	12
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	13
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 SITE CNJ.....	14
7	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	7.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	15
	7.2 SITE CNJ.....	16

## **Conselho Nacional de Justiça realiza treinamento para identificação por biometria de presos no MA**

26/11/2021 06:18:57

Nos dias 23 e 24 de novembro, servidores e servidoras da Justiça Estadual, Justiça Federal, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça participaram do treinamento para implementação da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Privadas de Liberdade, que tem a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU).

As ações voltadas ao treinamento iniciaram na última segunda-feira (22), com a apresentação feita pelo coordenador do eixo de sistemas e identificação do programa Fazendo Justiça, Alexander Cambraia (CNJ); e da representante do Superior Tribunal Eleitoral, Marília Loyola, que explicaram a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o TSE, por meio do Programa Fazendo Justiça, que viabilizará o uso de kits biométricos distribuídos aos tribunais de todo o país, referentes ao Fluxo Contínuo de Coleta Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade.

O objetivo é garantir mais confiabilidade a informações de pessoas sob custódia do Estado e ampliar acesso a políticas de cidadania, em especial a emissão de documentos, facilitando a inclusão dessas pessoas em programas sociais, cursos educacionais, atividades profissionalizantes e laborais, sendo um importante instrumento para a reintegração social. A iniciativa do CNJ prevê a instalação dos equipamentos, treinamento de equipes, testes e demais fluxos do processo.

O coordenador do eixo de sistemas e identificação do Fazendo Justiça, Alexander Cambraia, explicou que a biometria racionaliza, dá mais eficiência e segurança aos dados sobre as pessoas privadas de liberdade: "A unificação de bancos de dados estaduais à uma base nacional fortalece a segurança de todo o processo e, mais importante, padroniza e dá unicidade em todo o país".

O juiz coordenador da UMF/TJMA, Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho Silva (coordenador geral), ressaltou que o Maranhão recebeu uma quantidade significativa dos kits biométricos, suficientes para atender a demanda inicial para viabilizar a documentação civil de pessoas privadas do próprio exercício da cidadania, em razão dessa deficiência de documentação.

Segundo o magistrado, um dos grandes problemas enfrentados pela população carcerária é justamente por parte dos egressos que já cumpriram pena, que estão saindo do sistema prisional e que têm muita dificuldade de encontrar trabalho em razão da falta de documentação. "Além de garantir documentação civil, esse trabalho com a biometria vai permitir que tenhamos um processo penal seguro, considerando que vamos eliminar a chance de pessoas se passarem por outras", salienta o juiz.

O juiz Marcelo Moreira também esclareceu que o cadastramento biométrico atuará em um primeiro momento, com as pessoas que entram no sistema e com a população carcerária que está prestes a sair. "O cadastramento

biométrico é feito já na porta de entrada da audiência de custódia, para as pessoas que ingressarem no sistema de justiça na condição de flagrantes e que ainda não tenham passado por algum cadastramento biométrico, como o da Justiça Eleitoral", explicou o juiz, acrescentando que "também há um passivo que é a população carcerária existente hoje, que passará pela biometria tão logo esteja na eminência de sair do sistema".

## TREINAMENTO

Durante os dois dias de treinamento - desenvolvido por equipes do CNJ e TSE - um grupo de magistrados, magistradas, servidores e servidoras foram capacitados para executar a identificação biométrica. "Esses servidores e servidoras vão replicar esse conhecimento a outros servidores e servidoras do Poder Judiciário maranhense, da mesma forma, com as pessoas treinadas na Secretaria de Administração Penitenciária, de forma que vamos ter a expertise necessária para poder realizar esse trabalho de forma autônoma e sem a necessidade de apoio direto de pessoas de outros estados", pontuou Marcelo Moreira.

Marcelo Moreira elucidou ainda que "diferentemente da identificação biográfica, que se dá por meio de dados fornecidos pela pessoa, a identificação biométrica, em cruzamento com as informações dos dados cadastrais, impedirá que pessoas sejam confundidas e eliminará a possibilidade de inocentes serem responsabilizados criminalmente".

Na última terça-feira (23), treinamentos aconteceram no Laboratório de Inovação "ToadaLab" e em auditório no Fórum Des. Sarney Costa, feitos pela equipe do CNJ e TSE, sobre o fluxo de identificação civil, realização de consulta e coleta biométrica, bem como, sobre atendimento aos usuários com servidores e servidoras do TJMA, Seap e Justiça Federal.

Estavam presentes secretários e secretárias de varas criminais, da central de inquéritos e custódia, servidores e servidoras da Diretoria de Tecnologia e Informática, além de membros da Seap e UMF.

## TESTE DE AMOSTRAGEM

Nessa quarta-feira (25), foi realizado o primeiro teste de amostragem do kit biométrico na Central de Inquéritos e Custódia, localizado no Outeiro da Cruz. Quando três pessoas passaram pela identificação, sendo duas cadastradas pela identificação biométrica.

Participaram do acompanhamento do teste de amostragem, o coordenador da UMF, juiz Marcelo Moreira; a juíza Manuella Faria Ribeiro (Central de Inquéritos e Custódia); o juiz Milvan Gedeon Gomes (Central de Inquéritos e Custódia); a coordenadora executiva da UMF, Thaís Muniz; Marília Loyola Barreiro Rocha (TSE); Juliana Hatem (TSE); Alcides da Silva Júnior (TSE); Samuel Reis (TSE); a consultora do programa Fazendo justiça PNUD - CNJ, Cláudia Gouveia; Marcelo Pinheiro (CNJ); Thaís Passos (CNJ); secretária judicial Raíssa Costa (Central de Inquéritos e Custódia) e o diretor da Polícia Penal Fabrício Gomes (Central de Inquéritos e Custódia).

Agência TJMA de Notícias

## **TJMA. R\$ 6 milhões de precatórios serão pago para 25 municípios do Maranhão**

TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios

Sede do TJMA em São Luís. Foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araioses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Confira detalhes sobre procedimentos de pagamento em no site oficial do TJMA

## **MP-MA pede manutenção de prisão preventiva de policiais em São Luís Gonzaga**

A Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu, nessa quarta-feira (24), ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo a manutenção da prisão preventiva dos policiais militares do Serviço Velado Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

Os integrantes do 15º Batalhão de Polícia Militar foram denunciados em razão dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como Marquinhos) e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como Riba), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Na decisão de pronúncia, o juiz Diego Duarte de Lemos revogou a prisão dos acusados, determinando medidas cautelares, como o comparecimento mensal em Juízo, a proibição de contato com vítimas e testemunhas do processo e a monitoração eletrônica pelo prazo de 120 dias.

No recurso, o promotor de Justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observa que a prisão foi decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. "Da análise do presente caso, não se verifica a comprovação de qualquer alteração fática a ensejar a falta de motivo para a subsistência das prisões preventivas", afirma.

O integrante do MP-MA lembra que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime para montar uma versão diferente dos fatos, que pudesse favorecê-los. "Caso soltos, por se tratar de agentes estatais, poderão intimidar e ameaçar testemunhas, atrapalhar as investigações de diversas formas, o que dificultaria o esclarecimento dos fatos perante o Juízo competente", alerta Rodrigo de Carvalho.

### Crimes

Em 1º de fevereiro, "Riba" estava na fazenda do sogro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35km de São Luís Gonzaga), quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Em vez disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar Riba para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a Marquinhos, ex-patrão dele.

### Tortura

Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar Riba, que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, Riba foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de Marquinhos e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao Loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, Marquinhos foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de Marquinhos, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

#### Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando a afastar suas responsabilidades com relação à morte de Marquinhos. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de Marquinhos do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse Riba. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de Marquinhos.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por Riba.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. Riba passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

(Informações do MP-MA)

## TJ paga mais de R\$ 6 milhões em precatórios de 25 municípios

26/11/2021 08:00:04

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araióses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

### PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail [coordprecatorios@tjma.jus.br](mailto:coordprecatorios@tjma.jus.br) para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail



da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

Com informações da Ascom TJMA

## **TJMA APRESENTA PROJETO MUNICÍPIO AMIGO DA JUSTIÇA EM SANTA INÊS E BACABAL**

Com o intuito de garantir o acesso da população a direitos, estimular a conciliação e fortalecer a cidadania, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá apresentar o projeto “Município Amigo da Justiça”, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, nas comarcas de Santa Inês e Bacabal, respectivamente.

O projeto visa reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos.

O programa destina-se, também, a promover a integração dos serviços do Poder Judiciário e dos Municípios, com vistas a auxiliar a população na resolução de demandas (processuais e pré-processuais) e incentivar a política de conciliação.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, enfatiza a importância da iniciativa ao reconhecer a cooperação empreendida por municípios, assegurando os direitos dos cidadãos e das cidadãs e estimulando a conciliação e a pacificação dos conflitos.

“A parceria entre TJMA e municípios dissemina a cultura da conciliação, auxilia no acesso a meios digitais de solução de conflitos e presta reconhecimento aos municípios. Tudo isso de forma permanente, assegurando uma inclusão que a sociedade tanto merece”, destacou o magistrado.

### **PROGRAMAÇÃO COMPLEMENTAR**

Durante a programação nas comarcas de Santa Inês e Bacabal, o juiz coordenador do Nupemec do TJMA, Alexandre Abreu, também irá ministrar palestras em instituições de ensino e reunir-se com instituições com vistas a firmar parcerias para reconhecimento dos municípios.

Dia 29/11

Santa Inês - Apresentação no curso de Direito da Faculdade Unibras de palestra com o tema: “O futuro do profissional do Direito em face das inovações tecnológicas”.

Dia 1/12

Bacabal - Apresentação no curso de Direito da UEMA de palestra com o tema: “O futuro do profissional do Direito em face das inovações tecnológicas”.

Dia 2/12

Coroatá - Reunião de trabalho com representantes das Secretarias de Assistência Social dos municípios de Coroatá e Peritoró, para definição de estratégias de implantação de ações para reconhecimento pelo TJMA do Selo Município Amigo da Justiça.

## **Ministério Público pede manutenção de prisão preventiva de PMs que mataram comerciante em Bacabal; eles foram soltos por decisão da Justiça**

A Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu, na última quarta-feira (24), ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo a manutenção da prisão preventiva dos policiais militares do Serviço Velado Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

Os integrantes do 15º Batalhão de Polícia Militar foram denunciados em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como "Marquinhos") e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como "Riba"), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Na decisão de pronúncia, o juiz Diego Duarte de Lemos revogou a prisão dos acusados, determinando medidas cautelares como o comparecimento mensal em juízo, a proibição de contato com vítimas e testemunhas do processo e a monitoração eletrônica pelo prazo de 120 dias.

No recurso, o promotor de justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observa que a prisão foi decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. "Da análise do presente caso, não se verifica a comprovação de qualquer alteração fática a ensejar a falta de motivo para a subsistência das prisões preventivas", afirma.

O membro do MPMA lembra que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime para montar uma versão diferente dos fatos, que pudesse favorecê-los.

"Caso soltos, por se tratar de agentes estatais, poderão intimidar e ameaçar testemunhas, atrapalhar as investigações de diversas formas, o que dificultaria o esclarecimento dos fatos perante o juízo competente", alerta Rodrigo de Carvalho.

Crimes

O lavrador "Riba" escapou da morte e é a principal testemunha do assassinato do comerciante "Marquinho"

Em 1º de fevereiro, “Riba” estava na fazenda do sogro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar “Riba” para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a “Marquinhos”, ex-patrão dele.

## Tortura

Gilberto deu um golpe chamado “telefone” (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar “Riba”, que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, “Riba” foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de “Marquinhos” e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, “Marquinhos” foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de “Marquinhos”, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando a afastar suas responsabilidades com relação à morte de “Marquinhos”. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de “Marquinhos” do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse “Riba”. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de “Marquinhos”.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por “Riba”.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. “Riba” passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de

Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## **Ministério Público pede manutenção da prisão de policiais em S. L. Gonzaga**

A Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu, nesta quarta-feira, 24, ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo a manutenção da prisão preventiva dos policiais militares do Serviço Velado Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

Os integrantes do 15º Batalhão de Polícia Militar foram denunciados em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como “Marquinhos”) e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como “Riba”), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Na decisão de pronúncia, o juiz Diego Duarte de Lemos revogou a prisão dos acusados, determinando medidas cautelares como o comparecimento mensal em juízo, a proibição de contato com vítimas e testemunhas do processo e a monitoração eletrônica pelo prazo de 120 dias.

No recurso, o promotor de justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observa que a prisão foi decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. “Da análise do presente caso, não se verifica a comprovação de qualquer alteração fática a ensejar a falta de motivo para a subsistência das prisões preventivas”, afirma.

O membro do MPMA lembra que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime para montar uma versão diferente dos fatos, que pudesse favorecê-los. “Caso soltos, por se tratar de agentes estatais, poderão intimidar e ameaçar testemunhas, atrapalhar as investigações de diversas formas, o que dificultaria o esclarecimento dos fatos perante o juízo competente”, alerta Rodrigo de Carvalho.

### **CRIMES**

Em 1º de fevereiro, “Riba” estava na fazenda do sogro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar “Riba” para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a “Marquinhos”, ex-patrão dele.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de “Marquinhos” e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, “Marquinhos” foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima, que faleceu no local.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando a afastar suas responsabilidades com relação à morte de “Marquinhos”. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de “Marquinhos” do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse “Riba”. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de “Marquinhos”.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por “Riba”.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. “Riba” passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

Com informações da CCOM-MPMA



## **Neto Evangelista representa AL no Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Tribunais de Justiça**

Agência Assembleia

Dney Justino - Agência Assembleia

Neto Evangelista representa AL no Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Tribunais de Justiça

Deputado Neto Evangelista disse que a Justiça maranhense mostra força ao trazer para cá evento de tamanha importância

O deputado estadual Neto Evangelista (DEM) representou o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto (PCdoB), na abertura do 87º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Tribunais de Justiça do Brasil, realizada nesta quinta-feira (25), no Hotel Blue Tree. O evento teve como tema "Justiça 4.0 - A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro".

O Encoge propõe-se a discutir diretrizes, uniformizar métodos e critérios administrativos e estudos acerca do aprofundamento dos temas e questões relacionadas à atividade correcional, bem como apresentar propostas de solução destinadas à Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros assuntos.

De acordo com o parlamentar, vive-se um momento diferenciado no país, em decorrência da pandemia do coronavírus. Ele destacou que isso estimulou as ações digitais em todos os setores da sociedade. "O Judiciário, assim como o Legislativo e o Executivo, avançaram muito e é notável a rapidez na resolução dos processos. A Justiça maranhense mostra muita força ao trazer para cá um evento de tamanha importância, aglutinando todos os corregedores-gerais dos Tribunais, além de ministros de cortes superiores".

O evento, que termina nesta sexta-feira (26), conta com a participação de desembargadores, juízes e outras autoridades, que discutem as experiências e soluções para o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais no âmbito da Justiça de primeira instância, a serem adotadas pelas corregedorias do Poder Judiciário nos estados. O resultado dos debates comporá a Carta do Encoge, documento deliberativo do evento que conterà os enunciados resultantes da pauta.

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, preside o encontro, que tem a participação da ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça; do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ, e do presidente do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo, além de membros da Corte estadual.

## Corregedora nacional defende expansão do uso de tecnologia no Judiciário

26 de novembro de 2021 Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias

Corregedora nacional defende expansão do uso de tecnologia no Judiciário 87ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça Ministra. Foto: Ribamar Pinheiro/TJMA

A incorporação e aperfeiçoamento das inovações tecnológicas desenvolvidas no período da pandemia da Covid-19 foram apontadas pelo corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, como novos desafios que se apresentam ao Poder Judiciário no processo de retorno ao trabalho presencial. Durante a abertura da 87ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), realizado em São Luís (MA) nos dias 25 e 26 de novembro, ela destacou a “revolução digital” que ocorreu na Justiça nos últimos dois anos.

O tema do 87º Encoge é “Justiça 4.0: a transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro”. “Findamos mais um ano extremamente desafiador no contexto disruptivo da pandemia e, de fato, promovemos uma verdadeira transformação na forma de prestação de serviços judicial e extrajudicial”, afirmou a ministra Maria Thereza. Ela ressaltou que o uso da tecnologia se tornou recorrente para os gestores do Poder Judiciário, fato que torna mais relevante os debates programados para o encontro.

Nos dois dias do encontro, foram abordadas questões como teletrabalho, trabalho presencial com viés digital e trabalho híbrido, avanços do Processo Judicial Eletrônico (PJe), Juízo 100% Digital, Balcão Virtual, cumprimento digital de atos processuais, gestão prisional eletrônica, emprego dos núcleos de Justiça 4.0 e dinâmica para equacionamento do acervo visando o saneamento das unidades judiciais.

Entre as questões extrajudiciais abordadas no encontro, destacam-se os casamentos comunitários por vídeo conferência e o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Maria Thereza citou o recente lançamento do Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado (SAEC) e enfatizou que a iniciativa contribui para elevar a segurança jurídica das operações imobiliárias. “Tais aperfeiçoamentos contribuem para facilitar o acesso ao crédito imobiliário e para aprimorar o ambiente de negócios, de modo a incrementar a circulação de riquezas e o desenvolvimento econômico.”

Além da corregedora, participaram da abertura do 87º Encoge, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca, o presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), desembargador Paulo Velten Pereira, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa.

### Integridade judicial

A corregedora nacional de Justiça destacou que, durante a Assembleia Plenária da Cúpula Judicial Ibero-Americana, realizada na Cidade do Panamá nos dias 21 e 22 outubro, foi aprovada a criação da Rede Ibero-Americana de Integridade Judicial. Além de buscar a implementação de um código de conduta comum, a rede vai estimular o intercâmbio de boas práticas e a criação de bancos de dados e de um sistema de avaliação de riscos de integridade dos sistemas de justiça criminal dos países-membros.

Maria Thereza informou que o Brasil foi escolhido o secretário-executivo da primeira formação da Rede Ibero-Americana de Integridade Judicial. “A iniciativa contribuirá para o Judiciário de mais de 23 países que integram a Rede. Ela foi criada para fomentar uma cultura de atuação judicial íntegra, não apenas como resposta às exigências da sociedade, mas também como elemento de estímulo e confiança recíproca entre países, notadamente os da América Latina, além de Portugal e Espanha.”

Jeferson Melo  
Agência CNJ de Notícias

## **Maranhão realiza treinamento para identificação biométrica no sistema prisional**

25 de novembro de 2021 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias

Maranhão realiza treinamento para identificação biométrica no sistema prisional Foto: TJMA

Servidores e servidoras da Justiça Estadual, Justiça Federal e da Secretaria estadual de Administração Penitenciária que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça participaram, nos dias 23 e 24 de novembro, de treinamento para implementação da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Privadas de Liberdade. As ações iniciaram na segunda-feira (22/11), com a apresentação da iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que viabiliza o uso de kits biométricos para que os tribunais possam emitir documentos para pessoas privadas de liberdade.

O objetivo é garantir mais confiabilidade a informações de pessoas sob custódia do Estado e ampliar acesso a políticas de cidadania, em especial a emissão de documentos, facilitando a inclusão dessas pessoas em programas sociais, cursos educacionais, atividades profissionalizantes e laborais, sendo um importante instrumento para a reintegração social. A iniciativa do CNJ prevê a instalação dos equipamentos, treinamento de equipes, testes e demais fluxos do processo.

A estratégia inclui a distribuição de 5,4 mil kits para varas que realizam audiências de custódia, assim como unidades de privação de liberdade em regime fechado nos 27 estados. A estratégia está sendo implementada em etapas, que incluíram: mapeamento da situação da identificação civil de pessoas privadas de liberdade; integração de bancos de dados biométricos dos estados à Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDCIN), mantida pelo TSE; articulação para organização do fluxo de emissão; e aquisição dos equipamentos de biometria - que seguem parâmetros de segurança e utilização propostos pelo TSE e pela Polícia Federal e cuja compra envolveu escritórios do Pnud na Dinamarca e nos Estados Unidos.

O coordenador do eixo de sistemas e identificação do Fazendo Justiça, Alexander Cambraia, explicou que a iniciativa pretende integrar os dados a nível nacional, por meio de cadastro autenticado, de forma a permitir a emissão de documentação civil de pessoas em privação de liberdade. “A unificação de bancos de dados estaduais a uma base nacional fortalece a segurança do processo, padroniza e confere unicidade em todo o país.”

O juiz coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Marcelo Moreira, pontuou que a iniciativa de unificar a identificação biométrica de pessoas privadas de liberdade e com vínculos com as unidades prisionais é uma necessidade de todo o país. “É uma medida importante para o país e o Maranhão está empenhado para obter êxito nesse trabalho.”

Fonte: TJMA

## Pedida manutenção da prisão de policiais em São Luís Gonzaga

SÃO LUÍS GONZAGA - A Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu, nesta quarta-feira, 24, ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo a manutenção da prisão preventiva dos policiais militares do Serviço Velado Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos.

Os integrantes do 15º Batalhão de Polícia Militar foram denunciados em função dos crimes cometidos contra as vítimas Marcos Marcondes do Nascimento Silva (mais conhecido como “Marquinhos”) e José de Ribamar Neves Leitão, (conhecido como “Riba”), nos dias 1º e 2 de fevereiro.

Na decisão de pronúncia, o juiz Diego Duarte de Lemos revogou a prisão dos acusados, determinando medidas cautelares como o comparecimento mensal em juízo, a proibição de contato com vítimas e testemunhas do processo e a monitoração eletrônica pelo prazo de 120 dias.

No recurso, o promotor de justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observa que a prisão foi decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. “Da análise do presente caso, não se verifica a comprovação de qualquer alteração fática a ensejar a falta de motivo para a subsistência das prisões preventivas”, afirma.

O membro do MPMA lembra que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime para montar uma versão diferente dos fatos, que pudesse favorecê-los. “Caso soltos, por se tratar de agentes estatais, poderão intimidar e ameaçar testemunhas, atrapalhar as investigações de diversas formas, o que dificultaria o esclarecimento dos fatos perante o juízo competente”, alerta Rodrigo de Carvalho.

### CRIMES

Em 1º de fevereiro, “Riba” estava na fazenda do sogro de Gilberto Santos, na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal (a 35 km de São Luís Gonzaga), quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Ao invés disso, a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar “Riba” para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a “Marquinhos”, ex-patrão dele.

### TORTURA

Gilberto deu um golpe chamado “telefone” (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforcar “Riba”, que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, “Riba” foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de “Marquinhos” e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, “Marquinhos” foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto de “Marquinhos”, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

## SIMULAÇÃO

Os policiais decidiram simular um confronto visando a afastar suas responsabilidades com relação à morte de “Marquinhos”. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo de “Marquinhos” do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse “Riba”. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de “Marquinhos”.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por “Riba”.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. “Riba” passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

[Ver comentários](#)

## **TJMA paga mais de 6 milhões de reais em precatórios de 25 municípios**

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias. O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios.

São eles: Aldeias Altas, Cachoeira Grande, Lima Campos, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Trizidela do Vale e Tutóia (6º lote de pagamento), Açailândia, Anajatuba, Araióses, Carolina, Conceição do Lago-Açu, João Lisboa, Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência), Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras, Presidente Dutra, Rosário, Sambaíba, São Vicente Ferrer, São Benedito do Rio Preto, Timon e Tufilândia (7º lote de pagamento).

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail [coordprecatórios@tjma.jus.br](mailto:coordprecatórios@tjma.jus.br) para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível. A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.



## **Tribunal de Justiça anuncia pagamento de precatórios a credores de 25 municípios do Maranhão**

por Aquiles Emir -26 de novembro de 2021

Pagamentos são efetivados por transferência eletrônica

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça está dando sequência ao pagamento de mais dois lotes de precatórios da lista cronológica de credores de 25 municípios. São eles:

Açailândia

Anajatuba

Araioses

Aldeias Altas

Cachoeira Grande

Carolina

Conceição do Lago-Açu

Lima Campos

João Lisboa

Paço do Lumiar (e Instituto de Previdência)

Pedreiras

Penalva

Poção de Pedras

Presidente Dutra

Rosário

Sambaíba

Santa Helena

São Vicente Ferrer

São Benedito do Rio Preto

Santa Inês

Santa Quitéria do Maranhão

Timon

Trizidela do Vale

Tutóia

Tufilândia

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública, determinados pelas autoridades competentes.

Estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 6.524.321,49 (seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Procedimento para pagamento - Desde o início da crise sanitária, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores, cujos precatórios chegaram à fase de pagamento, de apresentarem os dados de suas contas bancárias para recebimento de seus créditos, mediante transferência bancária.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento, mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail [coordprecatorios@tjma.jus.br](mailto:coordprecatorios@tjma.jus.br) para:

Obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

Encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

Agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após o agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento.

## **MPMA pede prisão preventiva de militares acusados de tortura e homicídio**

A Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu, nesta quarta-feira (24) ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo a manutenção da prisão preventiva dos policiais militares do Serviço Velado Francisco Almeida Pinho, Rogério Costa Lima, Marcelino Henrique Santos Silva, Robson Santos de Oliveira e Gilberto Custódio dos Santos, acusados de torturar José de Ribamar Neves Leitão e matar Marcos Marcondes do Nascimento Silva.

Em decisão, o juiz o juiz Diego Duarte de Lemos revogou a prisão dos acusados, determinando medidas cautelares como o comparecimento mensal em juízo, a proibição de contato com vítimas e testemunhas do processo e a monitoração eletrônica pelo prazo de 120 dias.

No recurso, o promotor de justiça Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observa que a prisão foi decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. “Da análise do presente caso, não se verifica a comprovação de qualquer alteração fática a ensejar a falta de motivo para a subsistência das prisões preventivas”, afirma.

O membro do MPMA lembra que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime para montar uma versão diferente dos fatos, que pudesse favorecê-los. “Caso soltos, por se tratar de agentes estatais, poderão intimidar e ameaçar testemunhas, atrapalhar as investigações de diversas formas, o que dificultaria o esclarecimento dos fatos perante o juízo competente”, alerta Rodrigo de Carvalho.

### Crimes

No dia 1º de fevereiro de 2021, José de Ribamar Neves, conhecido como “Riba”, estava na fazenda do sogro do policial Gilberto Santos, localizada na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal, a 35 km de São Luís Gonzaga, quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Porém a vítima foi levada a um loteamento abandonado, às margens da BR-316. No local, os policiais começaram a torturar José de Ribamar para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a Marcos Marcondes, ex-patrão dele.

### Torturas

De acordo com o MPMA, Gilberto deu um golpe chamado “telefone” (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar Riba, que foi amarrado.

Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, José de Ribamar foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de Marcos Marcondes e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto.

Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, Marcos Marcondes, foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto do comerciante, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e foi a óbito.

### Simulação

Os policiais decidiram simular um confronto visando a afastar suas responsabilidades com relação à morte de Marcos Marcondes. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Retiraram o corpo do comerciante do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse José de Ribamar. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de Marcos Marcondes.

Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por José de Ribamar.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. José de Ribamar passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

## **TJMA apresenta projeto Município Amigo da Justiça em Santa Inês e Bacabal**

26/11/2021 04:09:00

Com o intuito de garantir o acesso da população a direitos, estimular a conciliação e fortalecer a cidadania, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá apresentar o projeto "Município Amigo da Justiça", nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, nas comarcas de Santa Inês e Bacabal, respectivamente.

O projeto visa reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos.

O programa destina-se, também, a promover a integração dos serviços do Poder Judiciário e dos Municípios, com vistas a auxiliar a população na resolução de demandas (processuais e pré-processuais) e incentivar a política de conciliação.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, enfatiza a importância da iniciativa ao reconhecer a cooperação empreendida por municípios, assegurando os direitos dos cidadãos e das cidadãs e estimulando a conciliação e a pacificação dos conflitos.

"A parceria entre TJMA e municípios dissemina a cultura da conciliação, auxilia no acesso a meios digitais de solução de conflitos e presta reconhecimento aos municípios. Tudo isso de forma permanente, assegurando uma inclusão que a sociedade tanto merece", destacou o magistrado.

### **PROGRAMAÇÃO COMPLEMENTAR**

Durante a programação nas comarcas de Santa Inês e Bacabal, o juiz coordenador do Nupemec do TJMA, Alexandre Abreu, também irá ministrar palestras em instituições de ensino e reunir-se com instituições com vistas a firmar parcerias para reconhecimento dos municípios.

Dia 29/11

Santa Inês - Apresentação no curso de Direito da Faculdade Unibras de palestra com o tema: "O futuro do profissional do Direito em face das inovações tecnológicas".

Dia 1/12

Bacabal - Apresentação no curso de Direito da UEMA de palestra com o tema: "O futuro do profissional do Direito em face das inovações tecnológicas.

Dia 2/12

Coroatá - Reunião de trabalho com representantes das Secretarias de Assistência Social dos municípios de Coroatá e Peritoró, para definição de estratégias de implantação de ações para reconhecimento pelo TJMA do Selo Município Amigo da Justiça.

## **CEMULHER planeja rede de apoio à mulher vítima de violência em Balsas**

O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), desembargador Cleones Cunha, visitou a Comarca de Balsas para tratar sobre a implantação da rede de apoio à mulher vítima de violência doméstica no município.

No encontro, realizado na Unibalsas – Faculdade de Balsas, foi agendado um seminário, ainda para o mês de dezembro, reunindo representantes de todas as instituições e da sociedade civil que devem integrar a rede, a fim de que sejam fortalecidas as atividades na Comarca de Balsas.

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Balsas terá os objetivos principais de articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações de melhoria, aperfeiçoar o atendimento integral relativo às mulheres em situação de violência, bem como planejar, em conjunto, propostas que contribuam para alterar o quadro das desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais, a fim de reduzir os indicadores da violência que atinge as mulheres, envolvendo setores públicos, organizações da sociedade civil e sociedade em geral.

Estiveram presentes ao encontro ocorrido na segunda-feira (22), o prefeito de Balsas, Erik Costa; o promotor de Justiça Felipe Boghossian Soares da Rocha; os juízes Tonny Carvalho Araújo Luz (titular da 2ª Vara de Balsas), Douglas Lima da Guia (titular da 4ª Vara de Balsas), Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho (titular da 1ª Vara de Balsas), a juíza Nirvana Maria Mourão Barroso (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas); a delegada da Mulher, Ana Angélica Lopes Brandão; o subcomandante do 4º BPM e da Patrulha Maria da Penha em Balsas, major Carlos Rogério; Celina Macedo, do Departamento da Mulher do Município de Balsas; e Lisiane Lescano, da Unibalsas.

Também participaram do evento, representantes do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Cruz Vermelha Brasileira, Casa das Marias, Instituto de Criminalística de Balsas e outras instituições da sociedade civil.

### **CASA DAS MARIAS**

Como parte da programação, o desembargador Cleones Cunha fez uma visita à instituição "Casa das Marias", que trabalha na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher em Balsas, através de ações especializadas, como atendimento psicológico, jurídico, social, bem como encaminhamentos à rede de serviços do município, atendendo mulheres que estejam vivendo qualquer forma de violência, seja física, psicológica, moral, sexual e/ou patrimonial.

Na oportunidade, a Casa das Marias foi contemplada com a destinação de recursos decorrentes de transação penal do Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, após regular concurso público com análise de projetos e da regularidade fiscal, tendo sido a única beneficiada dentre diversas entidades.